

- 6 MAR 1988

O Congresso revisitado

JORNAL DE BRASÍLIA

José Campello Neto

Nunca tantas pessoas circularam pelos corredores do Congresso Nacional em tão pouco tempo. Jamais tantos interesses estiveram em evidência (em perigo?), nem se viu tantas personagens surgirem e eclipsarem da noite para o dia quanto vem acontecendo desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e, mais propriamente, desde a eleição do doutor Tancredo Neves.

A caixa de ressonância ribombava. A transferência do eixo gravitacional do poder começou a evidenciar-se na frustrante votação da emenda Dante de Oliveira. As atenções começaram a se voltar para aquele monumento esdrúxulo plantado no meio da Esplanada dos Ministérios, e dele somente, até então, emanava todo o poder e, em seus respectivos nomes era exercido.

A Nação viu atônita que seu voto, despreocupado, crítico, muitas vezes cínico, começava a ter algum valor. Aquele deputado ia decidir se a população elegeeria o presidente da República. O senador podia dar à população e à intelectualidade, o fim de 20 anos de ditadura. Bastava votar em Tancredo Neves. Era o consenso da época.

Passados os primeiros instantes, a própria classe política (o Brasil é um País interessante, tem uma classe política), sentiu-se atormentada. Uma revoadada de pessoas e "instituições" começaram a cir-

cular por gabinetes, corredores, a invadir as galerias até o plenário, santuário das decisões.

Os segmentos organizados da população juntaram-se ao povo nos seus reclamos em frente e dentro do Congresso Nacional. Os lobbies institucionalizaram-se. Se antes via-se apenas ostensivamente o Diap — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar —, em sua incansável atuação, hoje, diversos grupos de pressão negociam emendas, projetos de lei e pareceres técnicos. Os parlamentares estão a cavaleiro. É comum ouvi-los perguntarem aos grupos se houve ou não acordos entre eles, a fim de pronunciarem seu voto, ou simplesmente, "botar para andar", este ou aquele projeto.

Há pouco mais de um ano, o então senador Aluísio Chaves reunia em seu gabinete líderes trabalhistas e patronais para que chegassem a um acordo com relação à proposta legislativa de seus interesses.

O mesmo exemplo foi seguido em junho de 1987 pelos senadores José Richa, Carlos Chiarelli e Fernando Henrique Cardoso com relação à ratificação da convenção de 87 da OIT — Organização Internacional do Trabalho. O líder do PMDB no Senado recebeu em seu gabinete líderes sindicais, parlamentares e assessores, e propôs um adiamento da questão, matéria de competência exclusiva do Congresso, para após os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ou em havendo acordo entre as partes interessadas,

colocar a matéria na Ordem do Dia para votação.

Não pensem que as pressões se esgotam no âmbito das relações de trabalho, cada ministro tem o seu assessor parlamentar. Projeto de interesse de cada uma das Forças Armadas é analisado e discutido pelos homens na linha de frente no Legislativo com qualquer parlamentar e, surpreendentemente, de qualquer cor ou matiz.

A virada para o Congresso se mostra, ainda, no comunicado do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, em vários jornais do País apelando ao Congresso para não aprovar matéria, no seu entender, prejudicial para a área do seu ministério. Prefeitos vêm pedir aprovação de empréstimos; empresários que antes só frequentavam gabinetes ministeriais agora circulam com desenvoltura pelos corredores do Congresso defendendo seus pontos de vista; assessores discutem entre si, na frente de parlamentares, advogam suas causas e até índios que antes frequentavam o Palácio do Planalto munidos de gravadores hoje vão ao Congresso em busca de panaceia legislativa que abrande os males de uma relação social injusta.

A frente parlamentar de defesa do contribuinte patrocinou, há dias, seminário de alto nível com a finalidade de preparar deputados e senadores para a discussão e votação, do pacote fiscal de dezembro de 87. Sentados, à escuta, de Antonio Trevisan e de outros técnicos, nada menos que o senador Albano Franco, presidente da Con-

federação Nacional da Indústria — CNI; o ex-ministro Delfim Netto; o prefeitável Guilherme Afif Domingos; o senador Carlos Chiarelli, autor da proposta de suspensão do recesso parlamentar justamente para a votação do pacote e muitos outros parlamentares e assessores.

O Congresso se renova e assume seu papel de poder independente. Capacita seus elementos e decide.

Todos percebem isso, com a evidência que lhe empresta a Assembléia Nacional Constituinte e apesar do fogo cruzado da imprensa sobre o mais desarmado dos poderes, em grande parte vulnerável às críticas também pela inexperience com as decisões colegiadas, talvez lentas, porém, legítimas e eficazes, é flagrante que só um homem de origem parlamentar, não tenha percebido que as relações entre os poderes da República não se dão na verticalidade das estruturas hierarquizadas e insista em tratar o Congresso Nacional como seu departamento de marketing, promovendo ou perseguindo "funcionários" que não rezam pela sua cartilha e não divulguem suas obras.

José Campello Neto é jornalista, advogado e coordenador da Coordenadoria de Assessoria Legislativa da CNI — Confederação Nacional da Indústria.